DOI: 10.22278/2318-2660.2022.v46.n1.a3583

ARTIGO ORIGINAL DE TEMA LIVRE

O PROGRAMA MAIS MÉDICOS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Catharina Leite Matos Soares[a]
https://orcid.org/0000-0002-8131-4831
Carmem Fontes Teixeira[b]
https://orcid.org/0000-0002-8080-9146
David Ramos da Silva Rios[c]
https://orcid.org/0000-0003-2439-6161
Isabela Cardoso de Matos Pinto[d]
https://orcid.org/0000-0002-1636-2909

Resumo

A criação e implantação do Programa Mais Médicos (PMM), a partir de 2013, têm estimulado a realização de um conjunto de pesquisas sobre os diversos eixos temáticos – provimento médico, formação e supervisão acadêmica e melhoria da infraestrutura da Atenção Básica. Os estudos também abordam as discussões políticas em torno dos objetivos e das estratégias de implementação do programa, inclusive a contratação de médicos estrangeiros, aspecto polêmico que gerou a redefinição do PMM na conjuntura mais recente, com sua substituição pelo Programa Mais Médicos para o Brasil (PMMB). Este artigo apresenta os resultados de uma revisão da literatura sobre o programa, publicada nos últimos cinco anos, tratando de atualizar um mapeamento da produção científica sobre o PMM que cobriu o período de 2013 a 2016. O levantamento dos artigos mais recentes foi feito em duas bases de dados – Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Plataforma de

[a] *Odontóloga. Mestre em Saúde Coletiva. Doutora em Saúde Pública. Professora Adjunta do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia. Docente do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: clms@ufba.br*

[b] *Médica. Doutora em Saúde Pública. Professora (aposentada) do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências e Docente do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: carment@ufba.br*

[c] *Médico de Família e Comunidade. Mestrando em Saúde Coletiva na Universidade Federal da Bahia. Mestrando em Saúde da Família na Universidade Federal do Sul da Bahia. Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: david-rios@hotmail.com*

[d] *Mestre em Saúde Coletiva. Doutora em Administração. Professora Associada do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: isabela@ufba.br*

Endereço para correspondência: *Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia. Rua Basílio da Gama, s/n, Canela. Salvador, Bahia, Brasil. CEP: 40110-040. E-mail: isc@ufba.br*

Periódicos Capes – tendo sido selecionados 135 artigos, que foram classificados e analisados segundo sua distribuição temporal, tipo de estudo e temas e subtemas abordados. Os resultados evidenciam a manutenção do interesse da comunidade científica da área de saúde pública/saúde coletiva em acompanhar e avaliar o processo de implementação desse programa, devido a sua importância estratégica no processo de fortalecimento e melhoria da qualidade da Atenção Básica de Saúde no Sistema Único de Saúde (SUS). Nessa perspectiva, são apontados os avanços e as dificuldades enfrentadas pelos gestores e profissionais envolvidos no processo de implantação, contribuindo, assim, para o aprofundamento do debate em torno das estratégias a serem acionadas e aperfeiçoadas.

Palavras-chave: Programa Mais Médicos. Política de saúde. Educação médica.

THE "MAIS MÉDICOS PROGRAM" IN BRAZILIAN SCIENTIFIC PRODUCTION: AN INTEGRATIVE REVIEW

Abstract

Created and implemented in 2013, the Mais Médicos Program (PMM) has stimulated research on various thematic axes – medical provision, academic education and advisement, and improvement of Primary Care infrastructure. Studies also address the political discussions on the objectives and implementation strategies of the Program, including the hiring of foreign doctors, a controversial aspect that led to its redefinition in the most recent juncture and replacement by the Mais Médicos Program for Brazil (PMMB). This integrative review focuses on the literature produced about the program, published in the last five years, for a updated mapping of the scientific production on PMM which covered the period from 2013 to 2016. Literature search was carried out in the Virtual Health Library (VHL) and Periódicos Capes Platform databases, returning 135 articles that were selected, classified, and analyzed according to year of publication, type of study, and themes and subthemes addressed. Results show a recurring interest of the public health / collective health scientific community in monitoring and evaluating PMM's implementation process, due to its strategic importance in the process of strengthening and improving the quality of SUS Primary Health Care. In this regard, they point out advancements and the difficulties faced by managers and professionals involved in the implementation process, thus furthering the debate on the strategies to be put into practice and improved.

Keywords: Mais Médicos Program. Health Policy. Education, Medical.

EL PROGRAMA MÁS MÉDICOS EN LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA BRASILEÑA: UNA REVISIÓN INTEGRADORA

Resumen

La creación e implementación del Programa Más Médicos (PMM) a partir de 2013 ha promovido un conjunto de estudios e investigaciones sobre los diversos ejes temáticos – provisión médica, formación académica y supervisión, y mejoramiento de la infraestructura de la Atención Primaria. Los estudios también plantean discusiones políticas sobre los objetivos y estrategias de implementación del programa, incluida la contratación de médicos extranjeros, aspecto controvertido que llevó a la redefinición del PMM en la coyuntura más reciente, con su sustitución por el Programa Más Médicos para Brasil (PMMB). Este artículo presenta los resultados de una revisión de la literatura sobre el programa, publicada en los últimos cinco años, y trata de actualizar con un mapeo de la producción científica sobre el PMM que abarcó el período 2013-2016. Se realizó una búsqueda de los artículos más recientes en dos bases de datos –Biblioteca Virtual en Salud (BVS) y Plataforma de Periódicos Capes –, lo que resultó en la selección, clasificación y análisis de 135 artículos según su distribución temporal, tipo de estudio, temas y subtemas abordados. Los resultados muestran que el interés de la comunidad científica del área de salud pública/salud colectiva se mantuvo en el seguimiento y evaluación del proceso de implementación de este Programa, por su importancia estratégica en el proceso de fortalecimiento y mejora de la calidad de la Atención Primaria de Salud en el Sistema Único de Salud (SUS). Desde esta perspectiva, se señalan los avances y dificultades enfrentados por los gestores y profesionales involucrados en el proceso de implementación, contribuyendo con un debate enfocado en las estrategias que deben ser impulsadas y perfeccionadas.

Palabras clave: Programa Más Médicos. Política de Salud. Educación Médica.

INTRODUÇÃO

O Programa Mais Médicos (PMM), criado em 2013 por meio de medida provisória posteriormente transformada na Lei 12.871, em outubro do mesmo ano[1], tem sido implantado em vários estados e municípios do país, gerando uma série de mudanças na distribuição territorial dos profissionais de saúde. Foram criados cerca de 18 mil novos postos de trabalho médico em municípios de médio e pequeno porte, que, historicamente, não dispunham desses profissionais em número suficiente para garantir o acesso e a qualidade dos serviços à população[1,2].

Conforme seus objetivos originais, o PMM também promoveu a criação de mais de cinco mil vagas nos cursos de medicina, por meio da implantação de novas escolas em áreas remotas, e estimulou a expansão de residências médicas com a criação de cerca de cinco mil novas vagas para residentes, principalmente em medicina de família e comunidade (MFC). Além disso, o programa estimulou a introdução de mudanças pedagógicas nos cursos de medicina, com ênfase na valorização da inserção dos estudantes em unidades da rede básica do Sistema Único de Saúde (SUS), ao mesmo tempo que investiu cerca de cinco bilhões de reais na melhoria da infraestrutura da rede em aproximadamente quatro mil municípios do país[2,3].

O desenvolvimento do processo de implantação do PMM gerou um grande interesse por parte dos pesquisadores da área de política, planejamento e gestão em saúde, materializado em projetos de pesquisa e avaliação do programa, cujos resultados foram apresentados em diversos eventos e publicados em revistas científicas de várias áreas. Um dos primeiros mapeamentos dessa produção, realizado por Rios e Teixeira[3], publicado no periódico Saúde e Sociedade, cobriu 137 publicações, entre artigos, dissertações, teses, notas, entrevistas, editoriais e livros, publicados no período entre 2013 e 2016 em inglês, francês, espanhol e italiano e presentes em uma das três diferentes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde, Portal de Periódicos da Capes e Plataforma de Conhecimentos Programa Mais Médicos. Esses trabalhos foram analisados, entre outros aspectos, segundo a evolução temporal, o tipo de estudo que deu origem à publicação e, principalmente, os diversos temas abordados, destacando-se o debate político em torno do PMM e os resultados alcançados, ou seja, os avanços no provimento médico, os efeitos sobre a formação e qualificação dos profissionais e impacto sobre a prestação de ações e serviços. Os resultados indicaram que, até aquele momento, o programa havia contribuído para a redução das iniquidades em saúde e melhoria da qualidade da relação médico-paciente, além de favorecer a integração das práticas dos diferentes profissionais das equipes de saúde e aumentar a efetividade das ações nas unidades básicas.

No mesmo ano em que esse mapeamento foi publicado, evidenciando o sucesso alcançado nos primeiros anos de implantação do PMM, acirraram-se as críticas à contratação e permanência dos médicos cubanos no programa, principalmente por parte de um dos candidatos à presidência do Brasil, no contexto do processo eleitoral, o que motivou o governo de Cuba, em respostas às ameaças do referido candidato, eleito em novembro, a romper o Acordo de Cooperação Internacional e ordenar o regresso de cerca de oito mil médicos cubanos ao seu país[4,5].

A partir daí, o Ministério da Saúde (MS) do Brasil precisou reajustar as estratégias de provimento para garantir a substituição desses profissionais, lançando, assim, em novembro e dezembro de 2018, editais para chamamento de médicos brasileiros formados no Brasil e no exterior. Com isso, o programa passou a contar, em sua grande maioria, com médicos

brasileiros, com algumas exceções. No entanto, apesar do aumento considerável da adesão de médicos "CRM Brasil", a ocupação de vagas em municípios de maior vulnerabilidade e difícil acesso permaneceu muito baixa, cabendo ressaltar que o tempo de permanência dos médicos nesses municípios tem sido inferior a noventa dias[5].

A partir de 2019, a mudança da direcionalidade da política de saúde por parte do governo federal provocou reconfigurações nas atividades e nos projetos que estavam em curso no MS, inclusive no PMM, sendo lançado em agosto o programa "Médicos pelo Brasil". Criado por meio da Medida Provisória 890/2019 e instituído por meio da Lei 13.958, de 18 de dezembro de 2019, esse programa tem o objetivo de redirecionar os médicos vinculados ao projeto para os locais com maior dificuldade de acesso e vulnerabilidade, além de formá-los em especialistas em medicina da família e comunidade[6].

Diante dessa mudança de cenário e passados cinco anos desde o primeiro mapeamento da produção científica sobre o PMM, torna-se necessário atualizar a revisão de literatura, de modo a identificar tendências em termos da evolução temporal dos estudos e da configuração temática e metodológica dos artigos publicados nos últimos cinco anos. Assim, este artigo tem como objetivo analisar a produção científica brasileira sobre o PMM, publicada no período de 2017 a 2021, com o intuito de verificar até que ponto essa produção evidencia as mudanças que vêm ocorrendo no desenho e no processo de implantação do programa nos últimos anos.

MATERIAL E MÉTODOS

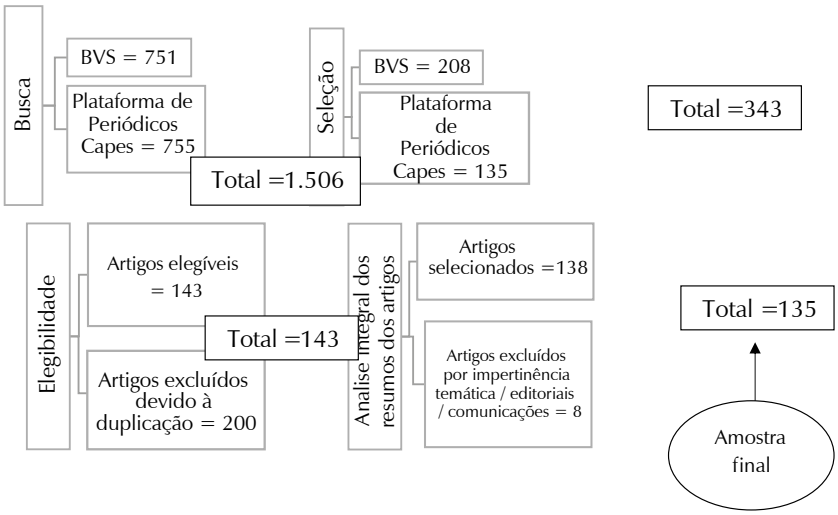
Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, em bases de dados nacionais, que buscou reproduzir a estratégia metodológica de um dos primeiros mapeamentos na área e identificar os temas e as abordagens das pesquisas acerca do PMM nos últimos cinco anos. A revisão foi realizada em dezembro de 2021, por dois pesquisadores previamente treinados, em duas bases de dados – Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Plataforma de Periódicos Capes – com o seguinte descritor "Programa Mais Médicos". Apesar de nesse processo de busca não ter ocorrido empates, um terceiro pesquisador, com maior experiência acadêmica, foi designado para decidir caso ocorressem essas situações. Foram incluídos no estudo os artigos que respeitavam os seguintes critérios de inclusão: (1) versavam exclusivamente sobre o PMM; (2) publicados em inglês, espanhol, português, francês ou italiano; (3) publicados nos últimos cinco anos; e (4) havia versão *online* completa disponível gratuitamente. Excluíram-se da análise outros tipos de publicações.

Inicialmente, os pesquisadores realizaram as buscas nas bases de dados com o descritor "Programa Mais Médicos". Os artigos encontrados tiveram os seus títulos e resumos lidos na íntegra e aqueles que se adequavam aos critérios de inclusão predeterminados foram selecionados, tendo suas informações sistematizadas em uma planilha de análise.

É importante ressaltar que apesar de o estudo se fundamentar na metodologia adotada por Rios e Teixeira[3], optou-se por não incluir nessa nova busca a Plataforma de Conhecimentos Programa Mais Médicos, visto que ela não se encontra ativa e o seu site foi descontinuado. Ademais, outra diferença importante é a natureza dos trabalhos selecionados: foram analisados, nessa atualização, apenas artigos, uma vez que eles representaram aproximadamente 60% dos resultados do primeiro mapeamento, e os objetivos desse novo estudo se concentram principalmente na análise das abordagens das pesquisas acerca do PMM, optando-se, portanto, por publicações com maior rigor científico.

A busca resultou em 1.506 artigos, dos quais 343 satisfizeram os critérios de inclusão predeterminados. Procedeu-se, então, à exclusão dos artigos duplicados em uma mesma base, sendo excluídos 19 na BVS e 13 na Plataforma de Periódicos Capes. As listas resultantes passaram posteriormente por um processo de interseção, no qual foram excluídas 168 publicações, que estavam presentes em ambas as bases. A seleção final, composta por 143 artigos, teve seus resumos lidos na íntegra, tendo sido excluídas, nesse momento, oito publicações, em decorrência da impertinência temática ou pelo fato de a análise minuciosa do trabalho evidenciar que alguns dos critérios preestabelecidos não foram obedecidos adequadamente. A seleção final, composta por 135 artigos, foi sistematizada em uma planilha no software Excel nas seguintes categorias: título, referência completa, ano de publicação, objetivos, métodos, resultados, conclusões e temas abordados. As diferentes etapas descritas anteriormente são apresentadas na **Figura 1**.

igura 1 – Fluxograma de busca e seleção dos artigos sobre o PMM, 2017-2021. Salvador, Bahia, Brasil – 2022



Fonte: Elaboração própria.

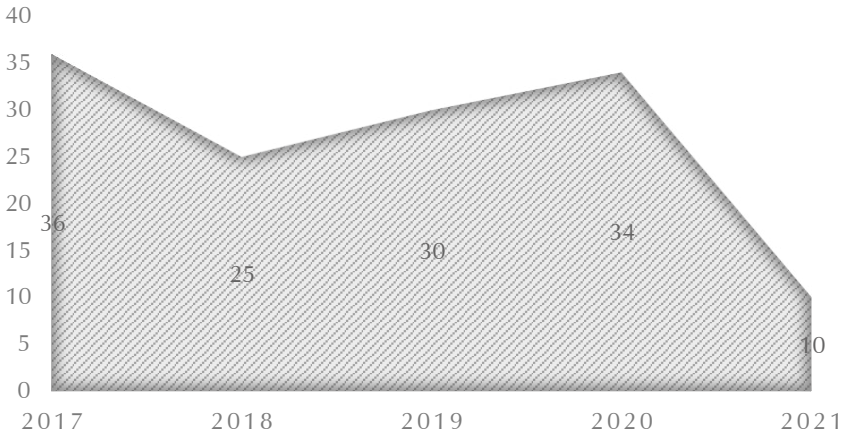
A análise do conteúdo dos artigos selecionados considerou as seguintes categorias: (1) ano de publicação; (2) tipo de estudo que subsidiou a publicação, levando em conta os objetivos e a estratégica metodológica mencionada pelos autores no resumo do artigo; e (3) tema e subtemas abordados, tomando-se como referência a classificação temática realizada no mapeamento anterior[3], ajustada em função da reconfiguração temática do conjunto de artigos analisados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DAS PUBLICAÇÕES

Conforme pode ser visualizado no **Gráfico 1**, as 135 publicações selecionadas distribuem-se de forma mais ou menos homogênea no período de 2017 a 2020, observando-se forte queda no número de publicações em 2021. De fato, em 2017, foram registrados 36 artigos (26,7%), com leve queda em 2018, quando foram identificados 25 artigos, número elevado para trinta em 2019 (22% do total), alcançando em 2020 um número equivalente ao início do período, com 33 artigos (25,2%). Isso revela um interesse sustentado por parte dos pesquisadores que se debruçaram sobre o tema, com um total de trabalhos bem semelhante ao número de publicações registradas nos quatro primeiros anos do PMM[3].

Gráfico 1 – Distribuição temporal dos artigos sobre o PMM. Salvador, Bahia, Brasil – 2022



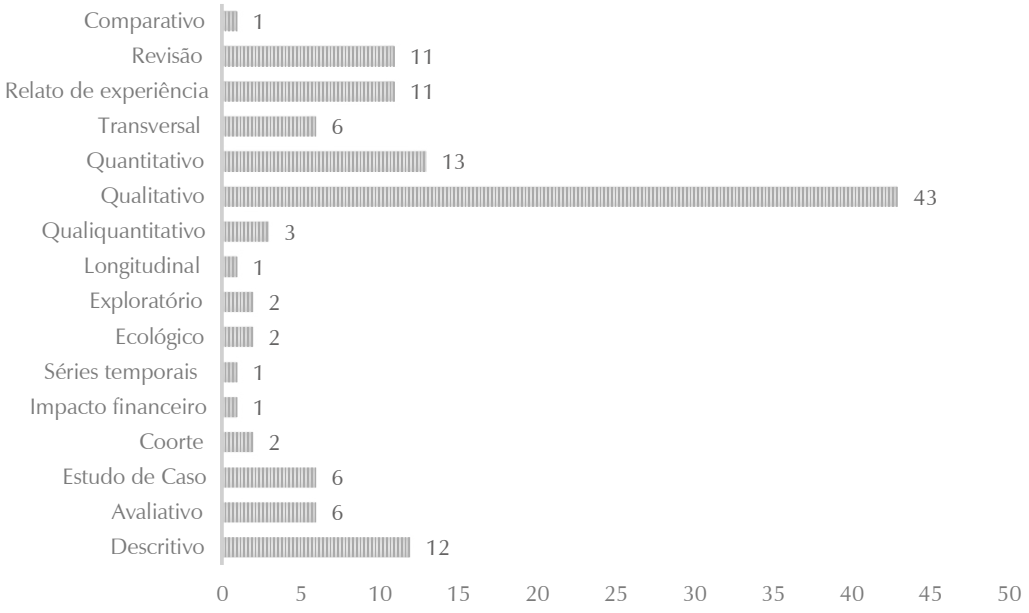
Fonte: Elaboração própria.

TIPOLOGIA DOS ESTUDOS SEGUNDO OBJETIVOS E ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

A maior parte dos trabalhos encontrados é definida por seus autores como estudos do tipo qualitativo (43 publicações), seguidos dos estudos quantitativos (13 publicações),

descritivos (12 publicações, majoritariamente do tipo análise documental) e dos relatos de experiência e das revisões de literatura, ambos com 11 publicações cada. A distribuição dos trabalhos encontrados segundo os objetivos e a metodologia, de acordo com os seus próprios autores, é apresentada no **Gráfico 2**. Chama a atenção o quantitativo de artigos que se definem como pesquisa qualitativa, mantendo a proporção de um terço dos trabalhos com essa abordagem, como verificado, também, no mapeamento anterior.

Gráfico 2 – Tipo de estudo segundo objetivos e estratégia metodológica. Salvador, Bahia, Brasil – 2022



Fonte: Elaboração própria.

TEMAS E SUBTEMAS ABORDADOS

A análise temática da produção selecionada privilegiou os seguintes eixos: (1) análise política do PMM, incluindo nesse tópico a repercussão do debate político sobre o PMM na mídia; (2) provimento e fixação dos médicos na APS; (3) formação médica e supervisão acadêmica; (4) avaliação dos resultados do PMM; (5) impacto do PMM nas práticas de atenção à saúde; e (6) outras temáticas, incluindo estudos sobre a atuação do programa com povos específicos (indígenas), financiamento do programa e outros (**Tabela 1**).

Tabela 1 – Distribuição dos artigos selecionados segundo tema abordado. Salvador, Bahia, Brasil – 2022

TEMA	Nº	%
Análise política do Programa Mais Médicos	27	20,1
Provimento e fixação dos médicos na APS	13	9,9
Formação médica e supervisão acadêmica	38	28,3
Avaliação dos resultados do PMM	20	14,8
Impacto do PMM nas práticas de atenção à saúde	21	15,8
Estudos relacionados a povos indígenas	4	2,9
Outros	12	8,4
TOTAL	**135**	**100,0**

Fonte: Elaboração própria.

ANÁLISE POLÍTICA DO PMM

Nesse grupo, foram encontrados 27 artigos, concentrando 20,1% da produção científica sobre o PMM nos últimos cinco anos, o que revela a continuidade do debate político, ao nível nacional, sobre o significado estratégico do programa no âmbito da política de saúde. Foi possível observar o embate entre os diferentes atores do legislativo, das entidades representativas da classe médica e da sociedade civil, portadores de distintos interesses políticos e ideológicos em torno do programa. Nessa perspectiva, alguns artigos analisam o contexto de emergência do PMM correlacionando sua criação com as jornadas de junho de 2013[7], como respostas às reivindicações populares no período, outros analisaram os eventos críticos na formulação e implementação do programa, apontando as polêmicas em torno das questões trabalhistas[8]. Ferla et al.[9], por exemplo, investigaram os posicionamentos dos candidatos a cargos no processo eleitoral de 2014 quanto ao Programa Mais Médicos e seus achados mostram que o componente provimento emergencial ocupou a agenda dos gestores, independentemente do posicionamento acerca do programa. Gomes e Merhy[10] analisaram o posicionamento das entidades médicas em relação ao programa, enquanto Oliveira et al.[11] centraram-se na análise das disputas que ocorreram no âmbito legislativo.

A cooperação entre Brasil e Cuba apareceu como objeto de estudo em alguns artigos, como os de Soares e Furtado[12] e Melo e colaboradores[13], que abordam a perspectiva das entidades médicas, enquanto a pesquisa de Oliveira e Pinto[14] analisa a importância da cooperação entre países, para fins de provimento da força de trabalho para a atenção primária no Brasil. Outro estudo[15] aponta evidências de que tanto os médicos brasileiros quanto os cubanos se beneficiaram da cooperação.

Focando a conjuntura mais recente, um dos artigos discute o fato de o PMMB não estar presente na agenda do Ministério da Educação em 2019 e, assim, parece não estar comprometido com a causa coletiva e com a universalidade do acesso da população brasileira à assistência à saúde conforme previsto para os usuários do SUS[16]. Nessa perspectiva, outro trabalho compara o PMM com o PMMB, apontando as fragilidades do programa substituto do PMM, porquanto se concentra apenas no provimento médico[17].

Outros estudos desse grupo abordaram o PMM como política pública, a exemplo do artigo de Macedo e Ferreira[18], buscando identificar a relação entre os arranjos institucionais e a capacidade estatal para analisar o desempenho do programa, e o estudo de Hanna[19], que analisa a dimensão jurídica e normativa do PMM.

Finalmente, cabe destacar os estudos que trazem o debate sobre o programa na mídia[20-24], especialmente a revisão feita por Paula et al.[25], que identificaram o viés político, a polarização das opiniões no período inicial e a mudança em torno dessa opinião devido à aprovação popular do programa. Em geral, os trabalhos que abordam os diversos meios de comunicação apontam os interesses e as disputas entre vários atores sociais relacionados ao programa, instâncias governamentais, entidades representativas de classe e outros[10,22], mas convergem ao constatar que houve uma maior polêmica em torno do PMM em suas origens[20-22], com certo arrefecimento ao longo da sua implementação, principalmente diante da aprovação do programa pelos usuários do SUS.

PROVIMENTO E FIXAÇÃO DOS MÉDICOS NA APS

Nesse grupo, encontram-se os estudos que tomaram como objetos de pesquisa o provimento e a fixação dos profissionais médicos na APS (9,8% do total), sendo unânimes em ressaltar a importância e magnitude do programa nesse aspecto[26-30]. Pinto Junior et al.[31], por exemplo, destacam que a implantação do programa resultou em incremento na taxa de médicos de APS, em todas as áreas consideradas prioritárias, especialmente nos municípios com mais de 20% dos habitantes vivendo em situação de pobreza. Alguns artigos, entretanto, comentam que, embora seja inegável o papel do PMM, persistiram iniquidades ao longo do processo[30] e diferenças regionais[31].

Vários trabalhos analisados ressaltam os efeitos positivos do incremento de profissionais na APS, quais sejam, o aumento da cobertura de consultas e procedimentos, a expansão das equipes de Saúde da Família, a realização de práticas clínicas humanizadas e diferenciadas, mudanças na rede de Atenção à Saúde, a ampliação do acesso da população aos serviços de APS, principalmente em municípios vulneráveis e de difícil acesso[28,29,32,33],

reconhecendo, inclusive, a importância da parceria entre o Ministério da Saúde e as autoridades locais, como evidenciado no estudo de caso sobre as estratégias utilizadas para o provimento de médicos na APS em áreas vulneráveis e periurbanas da Grande Brasília[33].

FORMAÇÃO MÉDICA E SUPERVISÃO ACADÊMICA

Um número expressivo de artigos (28,3% do total analisado) integra esse grupo, que reúne estudos sobre o impacto do PMM nos cursos de graduação em medicina[17,34-37], relatos de experiências das supervisões acadêmicas e qualificação do processo de trabalho dos médicos inseridos no programa[38-42], efeitos do PMM na residência médica[17,43,44] e na gestão do trabalho médico na APS, na visão dos gestores[45,46], bem como a percepção dos estudantes e docentes dos cursos de medicina sobre o PMM[47] e sobre a responsabilidade social das escolas médicas[33].

Vários estudos acerca do componente pedagógico do PMM vão além da descrição do que foi realizado e discutem os problemas enfrentados no processo, a exemplo do trabalho de Pedrosa[35], que aponta os fatores que favorecem ou limitam a implementação de mudanças no curso de medicina, chamando a atenção para a importância da presença de sujeitos comprometidos com esse processo. Além disso, é importante ressaltar a análise apresentada no estudo de Matias et al.[48], que aponta lacunas na operacionalização do componente pedagógico do PMM, especialmente no que se refere ao desenvolvimento da educação interprofissional.

Outro estudo enfatiza o distanciamento das matrizes curriculares dos cursos de medicina em relação às DCN de 2014[37], enquanto Silva e Paraíso[36] consideram que já se observam pequenas mudanças nos cursos, sobretudo no que se refere à aproximação com um trabalho mais humanizado. Sobre os programas de residência em medicina de família e comunidade, Storti et al.[44] analisam a expansão de vagas, a valorização da preceptoria e a integração com a graduação e outras residências. Assim, de modo geral, os estudos apontam que a formação médica na APS permite o desenvolvimento de um trabalho qualificado, mesmo em condições adversas[45], e tem contribuído, inclusive, para a introdução de mudanças na gestão do trabalho na APS no âmbito municipal[46].

O módulo de acolhimento desenvolvido para os médicos cooperados foi objeto de análise de dois trabalhos. O primeiro analisa o instrumento de avaliação do desempenho dos médicos, concluindo que ele utiliza uma linguagem adequada e permite avaliar a apropriação de conhecimentos específicos[49]. O segundo analisa o planejamento e a operacionalização desse módulo e propõe ajustes a partir da crítica ao modelo tradicional utilizado no processo de ensino-aprendizagem[50].

Finalmente, a supervisão acadêmica, um dos pilares estratégicos do programa, aparece em vários relatos de experiência[38-41], que reafirmam a importância dessa supervisão no processo de qualificação da prática médica na APS, principalmente por abordar o cotidiano do processo do trabalho médico e trazer à tona elementos da gestão na Atenção Básica.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PMM

O conjunto de estudos avaliativos corresponde a 14,8% do total de artigos analisados, cobrindo uma gama variada de objetos e abordagens de avaliação, desde a análise lógica[51] e apreciações normativas do programa[52], até a satisfação dos usuários[53,54], passando por estudos sobre o processo de implantação[55,56], o desempenho do programa[57,58], a qualidade do programa [59,60] e, ainda, seus efeitos e impactos[52,61-63].

No caso das análises de implantação[21,56], destaca-se o trabalho de Gasparini e Furtado[55], que, tomando os atributos da APS como referência, evidenciou que o PMM tornou mais igualitária a distribuição dos médicos e produziu efeitos positivos em relação à longitudinalidade, ao acolhimento humanizado e à criação de vínculo terapêutico. Estudos sobre o desempenho do programa concordam que o PMM foi responsável por reduzir o déficit de médicos em todo o território nacional e fortaleceu a atenção primária no país[57,58]. Resultados semelhantes foram apontados por apreciação normativa do programa[53] e nos trabalhos que abordaram os seus efeitos[52,61-64].

Quanto à satisfação dos usuários, o trabalho de Telles et al.[65] destacou a experiência dos médicos cooperados na atenção primária, com qualidade no atendimento e de modo humanizado, gerando a satisfação da população com o atendimento médico na fase inicial do programa. Outro artigo destacou o vínculo e a confiança como valores estruturantes no cuidado médico para a satisfação da população[54].

IMPACTO DO PMM NAS PRÁTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE

Esse grupo inclui 15,8% dos trabalhos encontrados, a maioria se concentra na análise das características do cuidado prestado pelos médicos estrangeiros, principalmente os cubanos[66-70]. Desse conjunto, cabe destacar os estudos de Franco et al.[69,70], que ressaltam a ampliação das ações assistenciais, com amplo leque de ações comunitárias, enfoque preventivo e práticas humanizadas de cuidado, apontado que tais práticas se desenvolvem com abordagem centrada na pessoa e baseada na integralidade da atenção primária, destacando, ainda, o planejamento de ações, o relacionamento interpessoal da equipe, as posturas e técnicas de acolhimento, vínculo e responsabilização. Os autores reconhecem, como contraponto, limites

quanto às práticas participativas com as coletividades, à ampliação da autonomia de usuários nas decisões clínicas, ao manejo de problemas de ordem psíquica, à sistematização de ferramentas de abordagem e à realização de procedimentos invasivos.

Alguns trabalhos se debruçaram sobre os efeitos do PMM na atenção à saúde[30,61,71], verificando que o PMM contribuiu para a redução das internações sensíveis à APS, tanto em crianças quanto em adultos, em especial nos municípios com população exposta à maior vulnerabilidade social, além de melhorar a qualidade da atenção à saúde em geral. Adicionalmente, o estudo de Bexson et al.[72] compara as taxas de mortalidade infantil em municípios antes e depois da implantação do programa e aponta o efeito positivo do PMM na redução desse coeficiente.

ESTUDOS RELACIONADOS A POVOS ESPECÍFICOS

Embora os artigos que tratam da atuação do PMM em comunidades específicas, a exemplo dos povos indígenas, representem apenas 2,9% da produção analisada, consideramos relevante destacar alguns dos seus resultados, inclusive pelas dificuldades históricas dessa população ao acesso a serviços de saúde. Nesse sentido, cabe ressaltar o estudo de Fontão e Pereira[73], que discute o desafio da prática profissional médica que considere a articulação dos saberes científicos com os saberes e práticas tradicionais desses grupos populacionais.

Outros trabalhos chamam a atenção para a importância de uma formação adequada e disponibilidade para a interação desses profissionais com a comunidade indígena[74], visto que o cuidado em saúde indígena requer olhar singular e diferenciado, aspectos presentes no trabalho dos médicos cubanos, que proporcionou provimento estável, melhora dos registros de informações dos procedimentos, qualificação das ações dos programas específicos de parto e puerpério e melhoria nos indicadores de saúde de consulta pré-natal para a população indígena[75].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atualização da revisão de literatura sobre o PMM apresentada neste artigo evidencia, em primeiro lugar, que esse programa continuou sendo tema de interesse por parte da comunidade de pesquisadores da área de saúde pública/saúde coletiva. Foi mantida a tendência verificada em trabalho anterior, com uma frequência de publicações entre 25 e 35 trabalhos por ano, número somente reduzido no ano de 2021, provavelmente em função das mudanças na linha editorial das revistas da área, que passaram a priorizar publicações que abordavam a pandemia do novo coronavírus e seus efeitos sobre a situação de saúde e o sistema de saúde brasileiro.

A análise do conjunto de artigos selecionados revelou, também, a manutenção de uma tendência à diversificação de abordagens metodológicas, com ênfase em estudos qualitativos, que utilizam análise documental (leis, normas, portarias e relatórios) bem como entrevistas com informantes-chave, incluindo gestores, supervisores do programa, estudantes e docentes dos cursos de medicina e residência médica, representantes de entidades de classe etc.

Os estudos revisados enfatizam os efeitos positivos do PMM e sua contribuição para a melhoria da APS, pelo menos até o ano de 2017, cabendo destacar a necessidade de novas investigações nesse campo, que abordem as mudanças mais recentes dessa política pública, considerando, inclusive, o cenário da pandemia da covid-19, que alterou significativamente a situação de saúde e colocou enormes desafios ao SUS.

Destaca-se como uma limitação deste estudo a opção por publicações apenas provenientes de periódicos científicos, uma vez que negligencia, portanto, elementos advindos da literatura cinzenta, relevantes para a compreensão adequada de um programa como esse que apresenta diferentes vieses políticos e sociais. Apesar de os objetivos desta publicação justificarem essa escolha metodológica, é recomendável a realização de novas pesquisas nessa linha, com uma abordagem mais ampla, de modo a se compreender adequadamente os impactos do PMM, suas limitações, entraves e conquistas, contribuindo para subsidiar a formulação de outras políticas públicas dessa natureza.

COLABORADORES

1. Concepção do projeto, análise e interpretação dos dados: Catharina Leite Matos Soares, Carmem Fontes Teixeira, David Ramos da Silva Rios e Isabela Cardoso de Matos Pinto.

2. Redação do artigo e revisão crítica relevante do conteúdo intelectual: Catharina Leite Matos Soares, Carmem Fontes Teixeira, David Ramos da Silva Rios e Isabela Cardoso de Matos Pinto.

3. Revisão e/ou aprovação final da versão a ser publicada: Catharina Leite Matos Soares, Carmem Fontes Teixeira, David Ramos da Silva Rios e Isabela Cardoso de Matos Pinto.

4. Ser responsável por todos os aspectos do trabalho na garantia da exatidão e integridade de qualquer parte da obra: Catharina Leite Matos Soares, Carmem Fontes Teixeira, David Ramos da Silva Rios e Isabela Cardoso de Matos Pinto.

REFERENCIAS

1. Brasil. Lei n. 12.871, de 22 de outubro de 2013. Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências. Brasília (DF); 2013.

2. Brasil. Ministério da Saúde. Programa Mais Médicos – dois anos: mais saúde para os brasileiros. Brasília (DF); 2015.
3. Rios DRS, Teixeira C. Mapeamento da produção científica sobre o Programa Mais Médicos. Saúde Soc. 2018;27(3):794-808.
4. Agência Brasil. Cuba deixa Mais Médicos por discordar de exigências do governo eleito [Internet]. 2018 [citado em 2020 out 18]. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-11/cuba-deixa-mais-medicos-por-discordar-de-exigencias-do-governo-eleito
5. Silva LPCM. Percepção de gestores e profissionais sobre os problemas e desafios do projeto "Mais Médicos para o Brasil" no cenário de pandemia do coronavírus: um estudo de caso em um município do sul da Bahia. Salvador (BA). Dissertação [Mestrado em Saúde Coletiva] – Universidade Federal da Bahia; 2021.
6. Brasil. Lei n. 13.958, de 18 de dezembro de 2019. Institui o Programa Médicos pelo Brasil, no âmbito da atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), e autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (Adaps). Diário Oficial da União, Brasília (DF), 2019 dez 19. Seção 1, p. 1.
7. Martins DAB, Valente NL, Lima AMB, Preuss LT. Programa Mais Médicos no Brasil: análise de conjuntura. Emancipação. 2019;19(1):1-15.
8. Jesus RA, Medina MG, Prado NMBL. Programa Mais Médicos: análise documental dos eventos críticos e posicionamento dos atores sociais. Interface Comun Saúde Educ. 2017;21(Supl.1):1241-56.
9. Ferla AA, Pinto HA, Possa LB, Trepte RF, Ceccim RB. Ideias, imagens e crenças na produção de políticas públicas: o caso do Programa Mais Médicos. Interface Comun Saúde Educ. 2017;21(Supl.1):1129-41.
10. Gomes LB, Merhy EE. Uma análise da luta das entidades médicas brasileiras diante do Programa Mais Médicos. Interface Comun Saúde Educ. 2017;21(Supl.1):1103-14.
11. Oliveira FP, Costa AM, Cardoso AJC, Trindade JS, Dias IMAV. Análise das emendas parlamentares ao Programa Mais Médicos: o modelo de formação médica em disputa. Saúde Debate. 2017;41(spe):60-73.
12. Soares AM, Furtado JP. O cuidado nutricional por estrangeiros no Projeto Mais Médicos para o Brasil. Interface Comun Saúde Educ. 2017;21(Supl.1):1229-40.

13. Melo CF, Costa MC, Magalhães BJ. Escala de avaliação das percepções sobre o Programa Mais Médicos. Psico-USF. 2017;22(3):501-13.
14. Oliveira FP, Pinto HA. A formulação e implementação do Programa Mais Médicos e a cooperação com a Organização PanAmericana da Saúde e Cuba. Saúde Redes. 2018;4(4):3347.
15. Paula JB, Westphal MF. Sistemas de saúde, cooperação horizontal e o programa Mais Médicos no Brasil. Rev Bras Promoç Saúde. 2018;31(4):1-9.
16. Macedo HM, Almeida ER, Silva JC. Projeto Mais Médicos para o Brasil: análise crítica do planejamento e gestão do módulo de acolhimento e avaliação. Saúde Debate. 2019;43(Spe5):205-17.
17. Melo Neto AJ, Barreto DS. Programa Médicos pelo Brasil: inovação ou continuidade? Rev Bras Med Fam Comunidade. 2019;14(41):2162.
18. Macedo AS, Ferreira MAM. Arranjo institucional e a capacidade estatal de implementação do Projeto Mais Médicos Brasil (PMMB). Rev Sociol Polít. 2020:28(76):1-20.
19. Hanna MCDA. O regime jurídico dos participantes do programa "Mais Médicos para o Brasil". Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo. 2017:4(1):129-30.
20. Faria MA, Rocha CMF, Brites LS, Machado AMG, Santos CAR, Cechinel NFR, et al. Programa Mais Médicos e sua repercussão na mídia: o que informar e para quem? Reciis. 2018;12(1):14-25.
21. Emerich TB, Cavaca AG, Santos Neto ET, Oliveira AE, Siqueira CE. Implantação do Programa Mais Médicos no Espírito Santo, Brasil: modelo lógico e proposta de indicadores. Cad Saúde Pública. 2020;36(5):1-14.
22. Silva VO, Rios DRS, Soares CLM, Pinto ICM, Teixeira CF. O Programa Mais Médicos: controvérsias na mídia. Saúde Debate. 2018;42(117):489-502.
23. Rios DRS, Silva SPC. Repercussões do Programa Mais Médicos na mídia brasileira após o impeachment de 2016. Ciênc Saúde Colet. 2020;25(11):4303-14.
24. Caetano RC, Vargas DS, Moura AS. "Programa Mais Médicos": esquadrinhando uma política de saúde que viraliza. Liinc em Revista. 2017;13(2):343-56.
25. Paula DMP, Duarte NIG, Faria MA, Almeida JDL, Mello VRC, Rocha CMF. O programa "Mais Médicos" na mídia brasileira: estado da arte. Observatório. 2017;11(2):1-13.
26. Kemper ES, Tasca R, Harzheim E, Suárez Jiménez JM, Hadad J, Sousa MF. Cobertura universal em saúde e o Programa Mais Médicos no Brasil. Rev Panam Salud Publica. 2018;42(1):1-5.

27. Miranda GMD, Mendes ACG, Silva ALA, Santos Neto PM. A ampliação das equipes de saúde da família e o Programa Mais Médicos nos municípios brasileiros. Trab Educ Saúde. 2017;15(1):131-45.
28. Pereira LL, Pacheco L. O desafio do Programa Mais Médicos para o provimento e a garantia da atenção integral à saúde em áreas rurais na região amazônica, Brasil. Interface Comun Saúde Educ. 2017;21(Supl.1):1181-92.
29. Martin DG, Castro SOC, Paula CH, Abrantes LA. Programa Mais Médicos e indicadores da atenção primária à saúde em Minas Gerais (2013-2015). Read Rev Eletrôn Adm. 2020;26(2):352-80.
30. Macedo AS, Ferreira MAM. O Programa Mais Médicos e alocação equitativa de médicos na atenção primária à saúde (2013-2017). Read Rev Eletrôn Adm. 2020;26(2):381-408.
31. Pinto Junior EP, Amorim LDAF, Aquino R. Programa Mais Médicos: contexto de implantação e efeito no provimento de médicos na atenção primária à saúde no Brasil, 2008 a 2016. Rev Panam Salud Publica. 2020;44(23):1-9.
32. Arruda CAM, Pessoa VM, Barreto ICHC, Carneiro FF, Gomes Y, Trindade JS, et al. Percepções de gestores municipais de Saúde sobre o provimento e a atuação dos médicos do Programa Mais Médicos. Interface Comun Saúde Educ. 2017;21(Supl.1):1269-80.
33. Shimizu HE, Santos LMP, Sanchez MN, Hone T, Millet C, Harris M. Perceptions about the "Mais Médicos" program and the academic supervision process. Rev Bras Educ Méd. 2020;44(4):1-8.
34. Freire Filho JR, Magnano C, Costa MV, Forster AC. Educação interprofissional e as ações formativas do eixo do provimento emergencial do Programa Mais Médicos. Saúde Debate. 2019;43(Spe1):50-63.
35. Pedrosa JIS. Implementation and development of a medical course in Parnaíba – Piauí state, Brazil, based on the Project More Doctors for Brazil. Interface Comun Saúde Educ. 2019;23(Supl.1):e180012.
36. Silva MP, Paraíso MA. Um currículo na integração ensino-serviço no Programa Mais Médicos e possíveis efeitos culturais. Trab Educ Saúde. 2019;17(3):e0022454.
37. Vargas AFM, Vargas DS, Campos MM, Caetano RC. The More Doctors Program and the curricular guidelines for medical courses: a comparative analysis among higher education institutions. Interface Comun Saúde Educ. 2019;23(Supl.1):e170903.
38. Almeida ER, Martins AF, Macedo HM, Penha RC. Projeto Mais Médicos para o Brasil: uma análise da supervisão acadêmica. Interface Comun Saúde Educ. 2017;21(Supl.1):1291-1300.

39. Cardoso Junior R, Sousa ESS. Supervisão acadêmica do Programa Mais Médicos na Paraíba, Brasil: percepção dos médicos brasileiros e estrangeiros. Interface Comun Saúde Educ. 2020;24(Supl.1):e190487.

40. Penha RC, Sousa RG, Oliveira SS, Almeida ER, Firmiano JGA. The management of academic supervision in the More Doctors for Brazil Project by higher education institutions. Interface Comun Saúde Educ. 2019;23(Supl.1):e180061.

41. Luna WF, Ávila BT, Brazão CFF, Freitas FPP, Cajado LCS, Bastos LOA. Project More Doctors for Brazil in remote areas of the state of Roraima: relationship between doctors and the Special Supervision Group. Interface Comun Saúde Educ. 2019;23(Supl.1) e180029.

42. Gusso GDF. Programa Mais Médicos: análise dos potenciais riscos e benefícios a partir da experiência como supervisor no município de Jandira. Rev Bras Med Fam Comunidade. 2017;12(39):1-9.

43. Oliveira FP, Araújo CA, Torres OM, Figueiredo AM, Souza PA, Oliveira FA, et al. The More Doctors Program and the rearrangement of medical residency education focused on Family and Community Medicine. Interface Comun Saúde Educ. 2019;23(1):e180008.

44. Storti MMT, Oliveira FP, Xavier AL. A expansão de vagas de residência de medicina de família e comunidade por municípios e o Programa Mais Médicos. Interface Comun Saúde Educ. 2017;21(Supl.1):1301-13.

45. Nogueira PTA, Bezerra AFB, Silva KSB. Programa Mais Médicos: sob o olhar dos gestores municipais do estado de Pernambuco, Brasil. Interface Comun Saúde Educ. 2020;24:e200018.

46. Arenhart CGM, Gomes LMX, Ribeiro EM, Barbosa TLA. Programa Mais Médicos em município de fronteira internacional e os desafios da gestão em saúde. Trab Educ Saúde. 2019;17(3): e0021345.

47. Chehuen Neto JA, Vieira IF, Souza LB, Paulino KR, Santos LL, Haramoto H, et al. Programa Mais Médicos e a formação dos estudantes de medicina no Brasil. HU Rev. 2017;43(3):219-26.

48. Matias MC, Verdi M, Finkler M, Ros MA. O Programa Mais Médicos no contexto das estratégias de mudança da formação médica no país: reflexões e perspectivas. Saúde Soc. 2019;28(3):115-27.

49. Diniz LRA, Bizon ACC. O modelo de role-play para a avaliação em português para fins específicos do Projeto Mais Médicos para o Brasil. Em aberto. 2019;32(104):47-66

50. Macedo HM, Almeida ER, Silva JC. Mais Médicos para o Brasil: análise crítica do planejamento e gestão do módulo de acolhimento e avaliação. Saúde Debate. 2019;43(Spe5):205-17.
51. Macedo AS, Ferreira MAM, Campos APT, Rodrigues CT. Programa Mais Médicos: análise lógica à luz da modelagem de políticas públicas. Meta: Avaliação. 2019;11(32):406-37.
52. Pinto HA, Oliveira FP, Santana JSS, Santos FOS, Araujo SQ, Figueiredo AM, et al. Programa Mais Médicos: avaliando a implantação do eixo provimento de 2013 a 2015. Interface Comun Saúde Educ. 2017;21(Supl.1):1087-1101.
53. Baião DC, Melo CF. Programa Mais Médicos: a radiografia de seus entraves e potencialidades. Psicol Pesq. 2021;15(1):1-22.
54. Miranda D, Lima RCGS. Confiança: valor-fonte da experiência de usuários com o Programa Mais Médicos em um município catarinense. Interface Comun Saúde Educ. 2020;24:e190434.
55. Gasparini MFV, Furtado JP. Longitudinalidade e integralidade no Programa Mais Médicos: um estudo avaliativo. Saúde Debate. 2019;43(120):30-42.
56. Padre PMM, Martins Filho IE, Rodrigues VP. Programa Mais Médicos sob o olhar dos usuários: uma pesquisa avaliativa. Physis. 2019;29(2):e290207.
57. Gonçalves Junior O, Gava GB, Silva MS. Programa Mais Médicos, aperfeiçoando o SUS e democratizando a saúde: um balanço analítico do programa. Saúde Soc. 2017;26(4):872-87.
58. Carneiro VB, Maia CRM, Ramos EMLS, Castelo-Branco S. Tecobé no Marajó: tendência de indicadores de monitoramento da atenção primária antes e durante o Programa Mais Médicos para o Brasil. Ciênc Saúde Colet. 2018;23(7):2413-22.
59. Benevides PM, Melo Neto AJ, Silva ICB, Tenório MEC, Soares GB, Soares RS, et al. Satisfação dos médicos do Programa Mais Médicos na Paraíba, Brasil: avaliação por modelagem de equações estruturais. Cad Saúde Pública. 2020;36(10):e00197319.
60. Rech MRA, Hauser L, Wollmann L, Roman R, Mengue SS, Kemper ES, et al. Qualidade da atenção primária à saúde no Brasil e associação com o Programa Mais Médicos. Rev Panam Salud Pública. 2018;42:e164.
61. Russo LX. Efeito do Programa Mais Médicos na distribuição geográfica dos médicos na atenção básica. Ciênc Saúde Colet. 2021;26(4):1585-94.

62. Cavalcante DFB, Domingues CV, Meloni DR, Almeida FM, Probst LF, Cavalcanti YW, et al. Financial impact of the change in the vulnerability profile of More Doctors Program. Rev Saúde Pública. 2020;54:148

63. Barbosa ACQ, Amaral PV, Francesconi GV, Rosales C, Kemper ES, Silva NC, et al. Programa Mais Médicos: como avaliar o impacto de uma abordagem inovadora para superação de iniquidades em recursos humanos. Rev Panam Salud Pública. 2018;42:e185.

64. Silva EN, Ramos MC, Santos W, Rasella D, Oliveira A, Santos LMP. Cost of providing doctors in remote and vulnerable areas: Programa Mais Médicos in Brazil. Rev Panam Salud Pública. 2018;42:e11.

65. Telles H, Silva ALA, Bastos C. Programa Mais Médicos do Brasil: a centralidade da relação médico-usuário para a satisfação com o programa. Cad CRH. 2019;32(85):101-23.

66. Soares AM, Furtado JP. O cuidado nutricional por estrangeiros no Projeto Mais Médicos para o Brasil. Interface Comun Saúde Educ. 2017;21(Supl.1):1229-40.

67. Lima JC. Uso público da razão e argumentação: análise dos debates sobre o Programa Mais Médicos. Interface Comun Saúde Educ. 2017;21(Supl.1):1115-27.

68. Silveira NJD, Freitas YNL, Cortez LR, Roncalli AG. More Doctors Program: health work process and socioeconomic indicators. Rev Assoc Méd Bras. 2020;66(3):321-27.

69. Franco CM, Almeida PF, Giovanella L. A perspectiva dos supervisores sobre a integralidade nas práticas dos médicos cubanos do Programa Mais Médicos. Saúde Debate. 2019;43(120):15-29.

70. Franco CM, Almeida PF, Giovanella L. A integralidade das práticas dos médicos cubanos no Programa Mais Médicos na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Cad Saúde Pública. 2018;34(9):e00102917.

71. Nassar LM, Passador JL, Pereira Júnior GA. Programa Mais Médicos, uma tentativa de solucionar o problema da distribuição médica no território brasileiro. Saúde Debate. 2021;45(131):1165-82.

72. Bexson C, Millett C, Santos LMP, Soares RS, Oliveira FP, Hone T. Brazil's more doctors programme and infant health outcomes: a longitudinal analysis. Hum Resour Health. 2021;19(97):1-10

73. Fontão MAB, Pereira EL. Projeto Mais Médicos na saúde indígena: reflexões a partir de uma pesquisa de opinião. Interface Comun Saúde Educ. 2017;21(Supl.1):1169-80.

74. Marquezan RF, Giraldin O. A interface entre saúde indígena e o Programa Mais Médicos para o Brasil no Tocantins: uma análise a partir do povo Xerente. Amazôn Rev Antropol. 2017;9(2):832-54.
75. Schweickardt JC, Ferla AA, Lima RTS, Amorim JSC. O Programa Mais Médicos na saúde indígena: o caso do Alto Solimões, Amazonas, Brasil. Rev Panam Salud Pública. 2020;44:e24.

Recebido: 9.3.2022. Aprovado: 2.5.2022. Publicado: 7.7.2022.